



PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0005597-91.2011.2.00.0000

Requerente: Associação Regional dos Juízes Federais da 5ª Região
Associação dos Juízes Federais do Brasil - Ajufe

Requerido: Conselho da Justiça Federal
Tribunal Regional Federal 5ª Região

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. PAGAMENTO DE DIÁRIAS PARA CUSTEIO DA PARTICIPAÇÃO DE MAGISTRADOS EM CURSOS OFICIAIS DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO FORA DA SEDE DE LOTAÇÃO.

1. A Constituição Federal em seu art. 93, II, “c” estabelece que a frequência e o aproveitamento em cursos oficiais de aperfeiçoamento de magistrados constitui um dos critérios para aferição do merecimento para fins de promoção.
2. A Resolução n. 106/2010 deste Conselho, em seu art. 8º, dispõe que os Tribunais e Conselhos do Poder Judiciário **deverão custear as despesas para que todos os magistrados** participem dos cursos e palestras oferecidos, respeitada a disponibilidade orçamentária.
3. Este Conselho já decidiu ser dever dos tribunais adequar seus orçamentos para prever o pagamento de despesas não somente com a realização dos cursos mas também, com o pagamento dos custos de transporte e diárias dos magistrados que desejem assisti-los, sob o fundamento de assegurar a aplicação do art. 93, inc. II, “c” e inc. IV, da Constituição Federal (PCA n. 0004964-17.2010.2.00.0000, Rel. Cons. Ives Gandra Martins, DJe. 16.06.2010).
4. Desse modo, os tribunais deverão orientar-se pela premissa de que deve ser assegurado o acesso dos magistrados interessados a todos os cursos oficiais oferecidos nos termos dos arts. 93, inc. II, “c” e inc. IV, da Constituição Federal e da Resolução n. 2/2007 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM.
5. Pedido julgado parcialmente procedente para determinar ao Tribunal requerido que providencie a inserção, no planejamento estratégico e orçamentário de 2013, das despesas necessárias (diárias e locomoção) a custear a participação dos magistrados nos cursos oficiais de aperfeiçoamento técnico e que de todo modo assegure sempre o acesso de todos os magistrados interessados aos referidos cursos, ainda que por meio de vídeo conferência ou tecnologia similar.

RELATÓRIO

Cuida-se de Procedimento de Controle Administrativo apresentado pela REJUFE – Associação dos Juízes Federais da 5ª Região e AJUFE – Associação dos Juízes Federais do Brasil, com pedido liminar, por meio do qual pleiteiam a desconstituição de decisão proferida pelo Conselho da Justiça Federal no PA n. 2011.62000-5, que por sua vez manteve decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região referente ao não pagamento integral de diárias aos juízes federais que participaram de curso promovido pela Escola da Magistratura Federal daquela Região, em outubro de 2010.

Narram as requerentes que:

i) de 25 a 27 de outubro de 2010 foi realizado na cidade de Recife, com transmissão simultânea, por videoconferência, para as sedes das demais Seções Judiciárias, um curso de aperfeiçoamento dos magistrados federais da 5ª Região, em cumprimento ao disposto no art. 93, IV, da CF/88;

ii) a despeito de se tratar de curso oficial, cuja duração demandaria, nos termos da Resolução CJF n. 04/2008, o pagamento de, no mínimo, três diárias, constou do Edital do curso que seria paga apenas uma diária e meia aos participantes que tivessem que se deslocar das Subseções para as Seções Judiciárias;

iii) diante de tal situação, pleitearam a complementação das diárias ao Presidente do Tribunal que indeferiu o pedido sob o fundamento de limitação orçamentária. Interposto recurso ao Conselho de Administração, esse foi negado;

iv) o pedido, então, foi apresentado perante o Conselho da Justiça Federal, que, por sua vez, manteve as decisões acima referidas.

Alegam que o direito dos magistrados à percepção de diárias, previsto no art. 65, IV da LOMAN e no art. 58 da Lei n. 8.112/90 restou violado, assim como a disposição contida no art. 105 da Resolução CJF n. 04/2008.

Aduzem que, diante do pagamento de diárias para participação de servidores em eventos como instalação de varas ou mesmo para a participação de membros do Tribunal em cursos não oficiais, não poderia o Tribunal requerido alegar, no caso, limitação de recursos orçamentários.

Sustentam, ainda, que seu pedido encontra amparo em precedentes deste Conselho (PCA n. 0004964-17.2010.2.00.0000 e PP n. 0002316-30.2011.2.00.0000).

Pleiteiam a concessão de medida liminar para que seja determinado ao Tribunal requerido *que afaste qualquer restrição à percepção de diárias pelos Juízes Federais* e, ao final, seja julgado procedente o pedido, para confirmar a liminar e também para:

desconstituir a decisão proferida pelo Egrégio Conselho da Justiça Federal no PA 2011.62000-5 e garantir aos Magistrados Federais participantes do Curso “Novos Desafios do Direito Privado” promovido pela ESMAFE do TRF-5 que tiveram de se deslocar das Subseções para as sedes das Seções Judiciárias da Quinta Região o pagamento, no mínimo, de 3 (três) diárias, com valores devidamente atualizados;

Indeferi a liminar (DEC22) por ausência de efetivo perigo de dano oriundo da demora no provimento final, uma vez que não há no requerimento inicial nenhum relato de situação de risco iminente que pudesse justificar a concessão da medida.

As requerentes apresentaram pedido de reconsideração (REQ23) da decisão na qual indeferi o pleito liminar. Alegam que vários cursos promovidos pela ESMAFE da 5ª Região estão ocorrendo sem o pagamento das diárias devidas aos magistrados participantes, causando prejuízos materiais aos mesmos. Junta a programação de cursos da escola.

Pleiteiam, ainda, a intimação do Conselho da Justiça Federal para prestar informações, afirmando que o presente procedimento também foi proposto em desfavor desse órgão.

Por meio da DEC25, indeferi o pedido de reconsideração uma vez que as novas alegações que os requerentes apresentaram para demonstrar a presença do *periculum in mora* não abalaram os fundamentos da decisão proferida. Em relação ao segundo pedido, ressaltei que tanto o CJF quanto o TRF5 devem figurar como requeridos neste PCA, assim, determinei também a intimação do CJF para se manifestar.

O Conselho Federal de Justiça manifestou-se (INF26) defendendo que a decisão do TRF/5ª Região não violou a Resolução CJF n. 4/2008, “porquanto não houve deslocamento por necessidade de serviço, que é o âmbito de incidência do seu art.105.” Afirma que o juiz federal não estava obrigado a comparecer ao curso, e que as diárias foram um mero incentivo. Acrescenta que “associar a presença no curso ao interesse direto da Administração em virtude do suposto aperfeiçoamento do magistrado é um sofisma, pois ao mesmo tempo se priva o jurisdicionado de um juiz na subseção”.

Quanto ao precedente trazido pelas requerentes, PCA 4964-17.2010.2.00.0000/CNJ, sustenta que este trata de planejamento orçamentário para custear cursos de aperfeiçoamento e não pagamento concreto de diárias, nem que este pagamento seja efetuado na totalidade dos dias do curso.

Por fim, afirma que se todo curso credenciado pela Enfam resultasse no direito subjetivo a diárias para todo magistrado federal que se deslocasse ao local do evento, isto seria o fim dos cursos e seminários credenciados pela Enfam.

Intimado a prestar informações, especialmente no que diz respeito à limitação orçamentária do Tribunal e à alegação de pagamento de diárias para custear a participação de servidores e membros do Tribunal em eventos de menor relevância do que os cursos oficiais, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (INF27) aduz que:

a) a participação no curso não era obrigatória e que todos os inscritos previamente conheciam a oferta de diárias;

b) a fixação de diárias deu-se nessa grandeza porquanto objetivava fomentar a participação equânime de *todos* os juízes, o que não seria possível caso fossem pagas as 3 diárias;

c) cabe aos Tribunais eleger suas próprias prioridades e sindicá-las reclamaria a indicação de desvios, mas que “as associações sequer o aventuraram fazer - porque não houve desvios mesmo”;

d) é evidente o interesse público na instalação de Varas Federais no interior do país, sendo certa a necessidade de gastos públicos para isso, inclusive o pagamento de diárias para Desembargadores e suas respectivas comitivas para representarem a Corte nessas ocasiões;

e) quanto à notícia sobre o fotógrafo convocado para o registro de solenidade de instalação de Vara Federal em Goiana-PE, informa que a diária paga ao mesmo foi de 78,36 reais;

f) é justamente devido a necessidade de compatibilizar todas as necessidades que os gastos devem ser parcimoniosos.

É o relatório.

VOTO

A questão posta nestes autos diz respeito com o direito subjetivo dos juízes federais de perceberem o pagamento integral de diárias para participação em cursos oficiais.

A Constituição Federal em seu art. 93, II, “c” estabelece que a frequência e o aproveitamento em cursos oficiais de aperfeiçoamento de magistrados constitui um dos critérios para aferição do merecimento para fins de promoção. Confira-se, *in verbis*:

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

II - promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antigüidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

c) aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

A respeito do **custeio** da participação de magistrados em cursos oficiais de aperfeiçoamento técnico, a Resolução n. 106 deste Conselho estabelece:

Art. 8º Na avaliação do aperfeiçoamento técnico serão considerados:

I - a frequência e o aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos pelas Escolas Nacionais respectivas, considerados os cursos e eventos oferecidos em igualdade a todos os magistrados pelos Tribunais e Conselhos do Poder Judiciário, pelas Escolas dos Tribunais, diretamente ou mediante convênio.

(...)

*§ 2º Os Tribunais e Conselhos do Poder Judiciário **deverão** custear as despesas para que todos os magistrados participem dos cursos e palestras oferecidos, **respeitada a disponibilidade orçamentária**. (grifou-se)*

No caso, o TRF/5ª Região informa que a participação no curso em razão do qual as requerentes estão exigindo o pagamento das diárias, não era obrigatória (INF27). O Edital de Inscrição (DOC2), por sua vez, torna públicas as condições para habilitação às 50 vagas oferecidas para o curso já citado, *em cumprimento ao disposto no art. 93, IV, da Constituição Federal*, que dispõe:

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

(...)

IV previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

A questão envolveria saber se a todos os magistrados é dada a oportunidade de participar de cursos oficiais, cuja assistência pode ser computada para fins de promoção e vitaliciamento.

O oferecimento de cursos na sede do tribunal regional ou em uma das seções judiciárias sempre importará em desigualdade de condições entre os magistrados cujos cargos tem sede no mesmo local do curso e aqueles que tem sede em seções distintas ou até em subseções do mesmo TRF.

A forma de minimizar essa desigualdade é garantir a estes magistrados transporte, alimentação e acomodação no local do evento, o que se dá por meio do pagamento de diárias.

Surge então uma segunda questão: terão os tribunais capacidade financeira para assegurar a participação de todos os magistrados que desejem assistir aos cursos oficiais?

Este Conselho já decidiu ser dever dos tribunais adequar seus orçamentos para prever o pagamento de despesas não somente com a realização dos cursos mas também, com o pagamento das despesas de transporte e diárias dos magistrados que desejem assisti-los, sob o fundamento de assegurar a aplicação do art. 93, inc. II, “c” e inc. IV, da Constituição Federal. Vale a pena transcrever a ementa do julgado:

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - TJ-AC - CUSTEIO DAS DESPESAS DE MAGISTRADOS PARA PARTICIPAR DE CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO PATROCINADOS PELA ESCOLA DA MAGISTRATURA - DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA.

1. As Resoluções 73/09, arts. 2º e 3º, e 106/10, art. 8º, § 2º, do CNJ tratam, respectivamente, dos requisitos para a concessão de diárias a magistrados e servidores do Poder Judiciário e da necessidade de custeio das despesas para a participação de magistrados em cursos de aperfeiçoamento técnico promovidos pelas Escolas de Magistratura.

2. In casu, o TJ-AC custeia, no tocante aos cursos de aperfeiçoamento técnico, apenas o transporte dos magistrados lotados nas comarcas que não têm acesso pela via terrestre, sob o fundamento da falta de disponibilidade orçamentária. De outra parte, custeia diárias para desembargadores e servidores para participação em eventos como o "4º Fórum Nacional de Museus", em Brasília, e para a solenidade em comemoração ao "Centenário do Município de Brasília", entre outros, de grau de importância questionável.

3. Nessa senda, a postura do TJ-AC, de custear despesas de servidores e desembargadores, não se encontrando estes últimos em período de formação e aperfeiçoamento, circunstância esta que, às escâncaras, precede qualquer outra, haja vista sua vinculação à Meta 8 do CNJ - "promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados" -, com vistas ao atingimento de mais outras metas assentadas por este Conselho, como aumento de produtividade e de qualidade da prestação jurisdicional, não pode ser simplesmente relegada a um plano secundário, apontando-se franciscamente para a falta de disponibilidade orçamentária. Note-se, ademais, que a participação de magistrados em cursos de aperfeiçoamento técnico patrocinados pelas respectivas Escolas de Formação, nos lindes da Resolução 106/10 do CNJ, é uma das condições para que possa participar dos concursos de promoção, razão pela qual a postura do Tribunal também gera desequilíbrio quanto a este aspecto.

4. Assim, compete ao TJ-AC pontuar, no âmbito do seu planejamento estratégico e orçamentário, as previsões de gastos que os eventos patrocinados pela Escola da Magistratura trarão, incluindo, aí, já que não se trata de juízo de disponibilidade orçamentária nesse momento, mas de **obrigação legal**, os pagamentos de despesas (diárias e locomoção) para os magistrados lotados ou domiciliados fora da sede do evento.

Procedimento de Controle Administrativo julgado procedente em parte. (PCA n. 0004964-17.2010.2.00.0000, Rel. Cons. Ives Gandra Martins, DJe. 16.09.2010)

Para conciliar a necessidade de garantir a participação de todos os magistrados nos cursos oficiais, pelo menos em número suficiente que lhes permita competir em igualdade de condições nos concursos de promoção e cumprir os requisitos do vitaliciamento, com as restrições orçamentárias e financeiras dos tribunais, os cursos são transmitidos por vídeo conferência ou tecnologia similar para as sedes das seções judiciárias, o que já minimiza bastante os custos com o deslocamento dos juízes.

Fosse possível fazê-lo para todas as subseções, o problema poderia ser resolvido. É certo, também, que não obstante a dificuldade do deslocamento de grande parte dos interessados, os cursos presenciais oferecem algumas vantagens pela própria possibilidade de interação direta entre palestrantes e assistência, o que não pode ser sempre desprezado.

Assim, penso que os tribunais deverão orientar-se pela premissa de que deve ser assegurado o acesso dos magistrados interessados a todos os cursos oficiais oferecidos nos termos dos arts. 93, inc. II, "c" e inc. IV, da Constituição Federal e da Resolução n. 2/2007 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM.

Pelo exposto, VOTO pela parcial procedência do pedido para determinar ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região que providencie a inserção, no planejamento estratégico e orçamentário de 2013, das despesas necessárias (diárias e locomoção) a custear a participação dos magistrados nos cursos de aperfeiçoamento técnico patrocinados pela Escola da Magistratura e que de todo modo assegure sempre o

acesso de todos os magistrados interessados aos cursos oficiais, ainda que por meio de vídeo conferência ou tecnologia similar.

JOSÉ GUILHERME VASI WERNER
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por JOSÉ GUILHERME VASI WERNER em 10 de Março de 2012 às 01:01:12

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
1bb1b134ae3c7d54a3845cc869295045



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

28/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

28/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **353153**



12032712191100000000000352445